

RADAR ÁSIA-PACÍFICO



Julho 2023

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
Julho 2023
v.2 n.7



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP

Diego Santos Vieira de Jesus

Presidentes da LEAP

Maria Gabriela Veloso Camelo

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Diretores da LEAP

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Sofia Mendes Magalhães

Beatriz Nardy de Queiroz

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Julho/2023. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

20p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

O FUTURO DA DEMOCRACIA NA TAILÂNDIA

Guilherme Uram
Beatriz Waehneltda da Silva

2

A PRESENÇA DA ÁSIA-PACÍFICO NA REUNIÃO DE CÚPULA DA OTAN

Samia Abinader Franco
Luiza Simões Bethlem Monteiro

3

O FIM DO GOVERNO DE TSAI ING-WEN EM TAIWAN: IMPACTOS NA DISPUTA HEGEMÔNICA NA ÁSIA-PACÍFICO

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

4

ASEAN E O REGIME MILITAR EM MIANMAR

Rubens Americano Alves de Brito Araujo
Fábio Antonio Gomes de Carvalho Almeida

5

O DESPEJO DE ÁGUA RADIOATIVA NO PACÍFICO

Isabela Sússekind Rocha Torres
Laura Simões Jordão

1

O FUTURO DA DEMOCRACIA NA TAILÂNDIA

Beatriz Waehnelde da Silva

Guilherme Uram

O fim da monarquia absolutista na Tailândia em 1932 estabeleceu uma era de instabilidade política que, ainda hoje, após 24 anos do estabelecimento de eleições diretas, é causa de agitações e reivindicações por uma democracia plena no país. Dessa forma, a revolução siamesa de 1932 – uma transição forçada para democracia, encenada pelo Partido Popular com apoio do exército, apesar de sua abrupta reversão, serviu como início de uma constante batalha por poder protagonizada pelos militares, que ainda hoje tem consequências profundas na sociedade tailandesa, como o último golpe de estado em 2014. Assim, o bloqueio do primeiro-ministro eleito, Pita Limjaroenrat, por insuficiência de cadeiras parlamentares, mostra como o senado não eleito, herança do último governo militar, impede que haja uma mudança no *status quo* nacional. De modo que fica claro o desafio da nova geração tailandesa em vencer suas raízes ditatoriais-militares em favor da democracia.

Limjaroenrat, que seria o sucessor de Prayut Chan-o-cha como primeiro-ministro, era candidato pelo partido reformista Move Forward, construído por uma base de eleitores jovens atraídos pela promessa da separação dos militares da política e o fim de sanções contra críticos da monarquia, entre outras medidas consideradas radicais pelo antigo regime (CNN, 2023). À vista disso, suas propostas opunham diretamente o antigo governo de apoio militar liderado por Chan-o-cha que entrou no poder através de um golpe de estado em 2014 e eleito em 2019, criticado não só por promessas vazias de retorno à democracia, mas também por sua falta de transparência durante a pandemia do COVID-19, repressão de liberdades civis, estagnação econômica, entre outras. Torna-se evidente o voto popular em favor de medidas reformistas em um movimento de liberdade individual em contraste com a constante necessidade de reafirmação dos militares como elementos inalienáveis do atual cenário político tailandês.

Nesse contexto, em um ambiente político hostil deixado pelo resultado das eleições de 2023, que foi inconclusivo, Limjaroenrat, sem especificar nomes, promete apoiar um candidato do partido Pheu Thai, que tem negociado coalizões com ambos os lados do espectro político. Nesse contexto, ressurgem a

figura política, Thaksin Shinawatra, um ex-primeiro-ministro pelo Pheu Thai, que se mantém relevante no país. Ele informa que voltará para Tailândia após um “exílio” voluntário que durou 15 anos, usado para evitar sua perseguição por diversas acusações de corrupção que ele alega terem motivação política. Assim, apesar da incerteza da proeminência de Shinawatra nos próximos meses de eleição, sua volta pública após uma longa ausência traz ainda mais discussões sobre a incerteza na política tailandesa.

Além disso, há desvantagens claras contra candidatos de oposição ao Governo militar que foram deixadas de herança, representando obstáculos à democracia. Estas são, a constituição de 2017 redigida com impedimentos para oposição obter maioria parlamentar, e a composição do mesmo senado militar que permanece vigente na atualidade, sem eleições, com a escolha de membros complacentes com ideias conservadoras. Diante dessa análise, conclui-se que o sistema eleitoral tailandês não é estruturado de maneira a possibilitar a realização de eleições plenamente democráticas.

Logo, fica claro que a fragilidade política na Tailândia não é única desse momento, mas é resultado de um histórico de constantes mudanças de poder entre o *establishment* militar-ditatorial e reformistas sem capacidade efetiva de provocar mudanças, resultando em uma polarização política interruptiva e rupturas no processo democrático. Não obstante, a autocrítica presente em manifestações de ambos os lados, mostra o ímpeto do povo tailandês em superar os desafios eleitorais que a instabilidade apresenta. Diante da incerteza, a análise e estudo crítico permanecem, possibilitando a sua abordagem enquanto questão em prol de um cenário político no qual prevalecem os interesses nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC News Brasil. Tailândia vai às urnas pela 1ª vez após golpe militar. **BBC News Brasil**, 24 de Março de 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686051> Acesso em Julho de 2023.

CNN World. A coup ousted her father. Now she's taking on the military in Thailand's election. **CHEN Heather e OLARN Kocha**, 8 de Abril de 2023. Disponível em <https://edition.cnn.com/2023/04/08/asia/paetongtarn-shinawatra-thaksin-daughter-thailand-election-intl-hnk/index.html> Acesso em Julho de 2023.

CNN World. Critical moment for Thai democracy as parliament fails to elect new prime minister. **REGAN, Helen; OLARN, Kocha**. 13 de Jul de 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/07/12/asia/thailand-parliament-prime-ministerial-vote-intl-hnk/index.html>. Acesso em: Julho de 2023.

East Asia Fórum. Thailand's upcoming election is haunted by the ghosts of politics past. **ANU, Greg Raymond**, 30 de Abril de 2023. Disponível em <https://www.eastasiaforum.org/2023/04/30/thailands-upcoming-election-is-haunted-by-the-ghosts-of-politics-past/> Acesso em Julho de 2023.

G7. Candidatos políticos da Tailândia se inscrevem para as eleições de maio. **G7**, Abril de 2023. Disponível em <https://g7.news/noticias/2023/04/03/candidatos-politicos-da-tailandia-se-inscrevem-para-as-eleicoes-de-maio> Acesso em Julho de 2023.

Human Rights Watch. Thailand: Upcoming Election Fundamentally Flawed. **Human Rights Watch**, 6 de Abril de 2023. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2023/04/06/thailand-upcoming-election-fundamentally-flawed> Acesso em Julho de 2023.

The Guardian. Thailand: Paetongtarn Shinawatra leads polls as country heads towards election. **Rebecca Ratcliffe**, 20 de Março de 2023. Disponível em [Thailand: Paetongtarn Shinawatra leads polls as country heads towards election | Thailand | The Guardian](https://www.theguardian.com/world/2023/mar/20/thailand-paetongtarn-shinawatra-leads-polls) Acesso em Julho de 2023.

UOL Notícias. Primeiro-ministro da Tailândia dissolve o Parlamento e país terá eleições. **UOL Notícias**, 20 de Março de 2023. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/20/primeiro-ministro-da-tailandia-dissolve-o-parlamento-e-pais-tera-eleicoes.amp.htm> Acesso em Julho de 2023.

2

A PRESENÇA DA ÁSIA-PACÍFICO NA REUNIÃO DE CÚPULA DA OTAN

Samia Abinader Franco

Luiza Simões Bethlem Monteiro

No dia 12 de julho de 2023, na Lituânia, ocorreu a reunião da cúpula organizada pela OTAN para tratar assuntos que impactam o grupo, com enfoque para a Segurança coletiva. Os principais pontos de discussão da reunião estavam diretamente relacionados com o conflito entre Rússia e Ucrânia. Nesse sentido, para além do conflito, outro ponto que preocupa a organização se refere à aliança sino-russa e suas ambições expansionistas. Na cúpula, líderes da Ásia-Pacífico estavam presentes e expuseram suas opiniões e preocupações em relação à região, além de expressar sua disposição de formar alianças com países membros da OTAN, participando da cúpula anual pela segunda vez consecutiva. Entretanto, a região Ásia-Pacífico ao longo dos anos, está ganhando cada vez mais espaço nas negociações internacionais, e o desenvolvimento de seus países interessa o Ocidente. Os representantes presentes na cúpula da OTAN foram os membros do Indo-Pacific 4 (IP4), o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, o presidente sul-coreano, Yoon Suk Yeol, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, e o primeiro-ministro da Nova Zelândia, Chris Hipkins. As quatro nações expressam sua preocupação com a segurança regional no pacífico, apontando que o conflito que ocorre com a Ucrânia não pode ocorrer na região.

Os representantes demonstraram uma posição bem unida e possuem planos futuros de cooperação para conter possíveis ameaças à segurança dos Estados. O secretário sênior do presidente sul-coreano, Kim Sun-Hye, afirmou que o presidente tem planos de realizar uma reunião entre os quatro Estados para fortalecer seus laços. A maior ameaça para eles na Ásia-Pacífico é a China, pois eles desconfiam de suas políticas militares e sociais. Desde o começo do conflito da Rússia, que em seu ponto de vista é um aliado da China, há diversas preocupações e boatos sobre uma possível ajuda chinesa com armamentos militares devido a reuniões entre Vladimir Putin e Xi Jinping, fazendo com que os países busquem fortalecer e formar novas alianças devido sua insegurança no sistema internacional.

Além disso, há uma preocupação levantada pelo secretário geral da organização de que a postura coercitiva da China no plano internacional, bem

como as suas políticas domésticas repressivas, como exemplificado pela realização de exercícios militares de precisão que simulam ataque a alvos-chave em Taiwan, o que entra em choque com a segurança e interesses da OTAN, o que representa uma expansão do criticismo em relação ao país quando se comparada a reunião do ano anterior. Nesse sentido, aponta-se que as ações russas na Ucrânia podem abrir precedentes para que movimentos similares sejam realizados por países como a China, no que tange a sua posição em relação a Taiwan, ameaçando a segurança e estabilidade da região. Dessa forma, os representantes chineses se opuseram às colocações da OTAN e afirmam que trata-se de assunto interno e se opõem a qualquer manifestação de interferência, seja de países ou alianças. Entretanto, dentre as conclusões da reunião de cúpula da OTAN está a afirmação de que os aliados estarão trabalhando juntos para lidar com os desafios sistêmicos colocados pela China, o que deixa claro a posição da organização em relação ao país, mas, não há um consenso sobre qual deve ser o papel da OTAN na Ásia-pacífico, pois existem opiniões conflitantes acerca do tópico, majoritariamente contrapostas entre a defesa de uma atuação mais assertiva na região, como pela construção de um escritório no Japão, pelos Estados Unidos e o secretário geral da OTAN, Jens Stoltenberg, e a hesitação de países europeus como a França e Alemanha em apoiar uma maior presença da OTAN em assuntos da Ásia-Pacífico.

Tais posições são reforçadas pelas reuniões que Stoltenberg teve separadamente com cada um dos líderes do IP4 , agradecendo a eles pelo apoio à Ucrânia e oferecendo suporte em seus pontos de maior preocupação. Entretanto, foi somente na reunião com o líder do Japão que a China foi explicitamente mencionada como um ponto de preocupação. Além disso, o secretário também apontou o país como o parceiro asiático mais próximo da OTAN, reforçando a possibilidade da abertura do escritório, embora ela tenha sido adiada e o Japão tenha deixado claro que não tem pretensões de tornar-se membro do Tratado, optando por cooperação e parceria por outros meios.

Outro ponto importante foi o fato de que é perceptível como a região Ásia-Pacífico está cada vez mais interessante para possíveis alianças futuras com os países membros da OTAN. Apesar do Tratado do Atlântico do Norte ser limitado, de acordo com seus artigos, somente às regiões da Europa e América do Norte, não há impeditivos para que haja uma maior cooperação entre os Estados. Ademais, o secretário geral da OTAN, afirma que apesar da OTAN ser

uma aliança regional da Europa e da América do Norte, os desafios enfrentados são mundiais. Nesse contexto, há exemplos de cooperação que ocorrem atualmente entre os membros da organização e países da região. As forças britânicas estão treinando no território japonês, a Alemanha afirma que em 2024 irá enviar navios de guerra no pacífico, entre outros.

Essas ações demonstram o objetivo de visibilidade militar que a OTAN quer refletir na Ásia, além de, o desenvolvimento tanto militar como social dos países da Ásia-Pacífico, como na atuação de chamar representantes para a cúpula demonstrar o interesse de futuras alianças e a ideia de ter um "escritório" no território japonês com o objetivo de uma melhor comunicação entre os Estados, além de, com tecnologias militares, é benéfico para as forças do Ocidente. Não somente para o ocidente como para os asiáticos que possuem uma maior proteção e um fortalecimento de sua segurança, em um cenário de possível escalada de tensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

The diplomat. NATO Summit Takes Aim at China. Shannon Tiezzi, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://thedi diplomat.com/2023/07/nato-summit-takes-aim-at-china/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REUTERS. China lashes back at NATO criticism, warns it will protect its rights. Reuters, 12 jul. 2023. Disponível em China lashes back at NATO criticism, warns it will protect its rights | Reuters. Acesso em: 20 Jul. 2023

El País. New defense plans, China and undersea cables: The key conclusions of the NATO summit beyond Ukraine.

SAHUQUILLO, A. R., María R, 12 de jul 2023. Disponível em <https://english.elpais.com/international/2023-07-12/new-defense-plans-china-and-underseacables-the-key-conclusions-of-the-nato-summit-beyond-ukraine.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CNN. Análise: China aparece como ameaça iminente durante cúpula da Otan na Lituânia. LENDON, B, 12 jul. 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-china-aparece-como-ameaca-iminente-d-urante-cupula-da-otan-na-lituania/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

3

O FIM DO GOVERNO DE TSAI ING-WEN EM TAIWAN: IMPACTOS NA DISPUTA HEGEMÔNICA NA ÁSIA-PACÍFICO

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

É notável que a tensão entre a República Popular da China (RPC) e Taiwan está cada vez mais acirrada. Tal tensão tem sido intensificada ainda mais recentemente através das visitas da presidente de Taiwan, Tsai Ing-Wen, aos Estados Unidos, evento que enfrentou clara desaprovação da RPC quanto aos esforços taiwaneses de aproximação. Em primeiro lugar, uma breve contextualização histórica se faz necessária para melhor explicitar as atuais críticas da China direcionadas à ocidentalização da ilha. Tsai Ing-Wen, por sua vez, é uma figura que representa uma virada na política externa de Taiwan, bem como para a sociedade taiwanesa. A presidente, eleita em 2016, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo e teve sua reeleição consolidada em 2020 com mais de 57% dos votos, representando a resiliência taiwanesa frente às investidas chinesas sobre a ilha.

As medidas implementadas durante a pandemia foram vistas como exemplares, reforçando ainda mais o apoio da sociedade ao seu governo. Além disso, agindo em favor das iniciativas taiwanesas de emancipação, a presidente quebrou protocolos ao fazer aberturas comerciais para os Estados Unidos, o que resultou em ainda mais desaprovação por parte do governo da RPC. Porém, é observável que Tsai Ing-Wen vem perdendo popularidade. Um dos indícios que demonstram que o contexto político interno taiwanês não está tão favorável é o fato de que o Partido Progressista Democrático (PPD) de Tsai perdeu as eleições de meio mandato em novembro de 2022. A derrota implicou na renúncia da presidente ao cargo de chefia do Partido, mantendo-se apenas seu cargo executivo.

Os eleitores taiwaneses deram a vitória à oposição direta ao PPD, o Kuomintang (KMT), em uma eleição na qual as preocupações persistentes sobre ameaças chinesas ficaram em segundo plano em relação às questões locais. Dentre os pronunciamentos de Tsai, destacam-se aqueles que tratam sobre a necessidade de oposição à agressividade da RPC e à defesa de Taiwan. Sendo assim, com o fim do mandato da atual presidente, surgem questionamentos sobre quem assumirá o governo taiwanês a partir de 2024.

Nas eleições presidenciais de Taiwan, que acontecerão em janeiro, o sucessor escolhido pelo PPD é Lai Ching-Te. No cenário político interno há um receio sobre a ascensão do nacionalismo na figura do KMT, mas o nome indicado pelo partido de Tsai Ing-Wen indica as diretrizes que o partido imagina para o posicionamento internacional da ilha. O candidato Lai tem 63 anos e é ex-especialista em saúde pública, está envolvido na política desde 1996, tendo sido prefeito da cidade de Tainan. Caso ele vença, será a primeira vez que um partido conquistará três mandatos consecutivos desde o início das eleições democráticas em 1996.

O posicionamento de Lai frente às tensões entre a RPC e Taiwan é descrito como mais pró-independência do que a atual presidente, o que gerou alguma preocupação sobre o possível agravamento das tensões na Ásia-Pacífico. No entanto, Lai tem se mostrado cauteloso em suas declarações, seguindo uma linha mais cuidadosa como a adotada por Tsai Ing-Wen, na qual afirma que Taiwan já é uma nação soberana e não precisa declarar sua independência. Pelo lado do KMT, o candidato é Hou You-yi, um político moderado e popular, considerado uma escolha pragmática para o partido, com a melhor chance de unir sua base de eleitores mais velhos com os jovens, que cada vez menos se identificam como chineses. Com esses dois candidatos principais, Lai Ching-Te (PDD) e Hou You-yi (KMT), a eleição presidencial em Taiwan torna-se mais imprevisível e menos centrada exclusivamente na questão da política em relação à RPC.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se às recentes tensões entre a RPC e Taiwan têm sido um ponto sensível nas relações sino-estadunidenses. O desejo de “independência” da ilha é reverberado por meio da diplomacia dos Estados Unidos com Pequim. O lado chinês considera Taiwan como parte integral do seu território e tem ameaçado usar a força, se necessário, para reunificar a ilha com o continente. No entanto, os EUA demonstram seu apoio a Taiwan fornecendo-lhe armas e mantendo relações diplomáticas não oficiais. Essas atitudes têm sido fonte de atrito entre RPC e os EUA, resultando em uma queda acentuada nas relações bilaterais. Para tentar reverter essa tendência negativa, Henry Kissinger, ex-conselheiro de segurança nacional e ex-Secretário

ex-Secretário de Estado dos EUA, foi à China a fim de promover um diálogo construtivo e restabelecer um momento positivo nas relações bilaterais.

O encontro de Kissinger com o ministro da Defesa chinês, Li Shangfu representou os esforços de diplomacia por parte de importantes autoridades norte-americanas. Porém, a reciprocidade por parte da RPC tem sido limitada, já que o país ainda busca concessões por parte dos EUA, especialmente em questões comerciais e tecnológicas. Conclui-se que Taiwan vê nos órgãos da diplomacia estadunidense o principal canal para evitar investidas agressivas por parte da RPC, e a recente visita do ex-Secretário de Estado dos EUA comprova um interesse tanto taiwanês quanto estadunidense de reduzir o tensionamento militar na Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC. O encontro surpresa entre Xi Jinping e Henry Kissinger enquanto EUA tentam se reaproximar da China. **Reuters**, 20 jul. 2023. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpezq1dy387o>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HSIAO, Hsin-Huang Michael. 2016 Taiwan elections: Significance and implications. **Orbis**, v. 60, n. 4, p. 504-514, 2016.

REUTERS. “War is not an option”, Taiwan president says amid China tensions. **Reuters**. 20 mai. 2023. Disponível em <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-president-vows-keep-status-quo-peace-stability-2023-05-20/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ROMBERG, Alan D. Tsai Ing-wen takes office: A new era in Cross-Strait relations. **China Leadership Monitor**, v. 50, p. 1-13, 2016.

TADAHIRO, Ishihara. US-Taiwan Relations during the Tsai Ing-wen administration and prospects after the COVID-19 pandemic. **Asia-Pacific Review**, v. 28, n. 1, p. 118-141, 2021.



ASEAN E O REGIME MILITAR EM MIANMAR

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

Fábio Antonio Gomes de Carvalho Almeida

O golpe de Estado sofrido pelo governo de Mianmar em 2021 ainda carrega os frutos de sua implementação, em especial a reação negativa do ocidente e dos demais países da região da Ásia Pacífico. Sendo assim, uma organização regional e um país mostram-se particularmente relevantes no que se trata da condenação e coordenação internacional em relação ao golpe: os Estados Unidos (EUA) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Siregar, 2023). O reflexo mais claro da centralidade desses atores culmina na visita de Anthony Blinker, secretário de estado dos Estados Unidos, à Jacarta, capital da Indonésia, em julho de 2023. Em sua visita, Blinker reitera a necessidade de impor ao regime militar, instaurado em Mianmar após o golpe, que acabe com as violências que têm cometido contra a população e que abdique do poder em favor de um regime democrático (Siregar, 2023).

Diante da atual crise de deslocados internos em Mianmar, estimados em 1,4 milhões desde 2021 pela Organização das Nações Unidas (ONU), Blinker, assim como os ministros das relações exteriores dos países membros da ASEAN, reiteram a necessidade de implementar o “consenso de cinco pontos” estabelecidos pelos líderes da organização já em abril de 2021, em uma reunião realizada após o golpe em Mianmar (Siregar, 2023). Os cinco pontos, como acordados pela reunião em abril, são:

1. Deve haver cessação imediata da violência em Mianmar e todas as partes devem exercer a máxima moderação.
2. O diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas deve começar a buscar uma solução pacífica no interesse do povo.
3. Um enviado especial da presidência da ASEAN facilitará a mediação do processo de diálogo, com a assistência do secretário-geral da ASEAN.
4. A ASEAN fornecerá assistência humanitária por meio do Centro AHA.
5. O enviado especial e a delegação visitarão Mianmar para se reunir com todas as partes interessadas.

A visita de Blinker, assim, serviu para não só fortalecer a necessidade da implementação dos cinco pontos apresentados e da importância desses pontos para a resolução do conflito, mas também para expressar a intenção dos EUA de contribuir com US\$ 74 milhões em liberações humanitárias adicionais para a região, assim como quase US\$ 61 milhões para apoiar parte da população rohingya que se encontra deslocada pela violência em Mianmar (Siregar, 2023). Em última instância, as relações entre os EUA e ASEAN revelam a tentativa do país de estabelecer um tipo específico de ordem na região, em especial que siga com os valores democráticos e liberais já estabelecidos no ocidente desde o fim da Guerra Fria.

A ordem em Mianmar, porém, mostra-se conturbada desde o seu “nascimento”. Desde sua independência em 1948, o país que anteriormente era conhecido como União da Birmânia até 1989, passou por uma série de conflitos que desestabilizaram o sudeste asiático, como as guerras Anglo-Birmanesas e a invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com um golpe de estado em 1962, o país foi governado pelos militares por 53 anos até que um período de abertura política entre 2011 e 2015 levou às primeiras eleições diretas desde as eleições anuladas de 1990. Mas essa abertura política durou muito pouco. Em 2021 o governo eleito de Aung San Suu Kyi foi derrubado pelos militares, liderados pelo general Min Aung Hlaing.

Uma das questões mais importantes que se colocam acerca da perseguição política em Mianmar é a violência contra a minoria Rohingya. Os Rohingyas são uma minoria islâmica que representa cerca de 5% da população do país e se consideram indígenas da região do Estado de Rakhine, no oeste do país. Ao longo das décadas, os Rohingyas têm enfrentado discriminação sistemática, restrições de direitos e perseguição por parte do governo e de grupos militares. A violência contra a minoria Rohingya em Mianmar é uma das crises humanitárias mais devastadoras e controversas do século XXI, levando ao deslocamento de mais de 700.000 pessoas em busca de refúgio em Bangladesh, desde 2017.

Conclui-se, portanto, que a violência em Mianmar é um fator de desestabilização da região sudeste asiática que preocupa não só os atores regionais, principalmente os da ASEAN, mas atores extra regionais relevantes como os Estados Unidos. A violência e a instabilidade em Mianmar têm o

potencial de criar efeitos cascata em países vizinhos, gerando fluxos de refugiados, tensões políticas e questões de segurança transfronteiriça. Nesse contexto, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) desempenha um papel crucial como mediadora e facilitadora para promover a paz e a estabilidade na região. A cooperação entre os países membros da ASEAN é essencial para enfrentar os desafios em Mianmar de forma abrangente e eficaz. A ASEAN, além de atuar como uma plataforma para o diálogo e a diplomacia regional, oferecendo um espaço onde os países podem se reunir, discutir questões complexas e buscar soluções conjuntas, também é crucial para fornecer suporte e assistência humanitária aos afetados pela violência em Mianmar. Juntos, os países podem mobilizar recursos e esforços para ajudar a população deslocada e garantir o acesso a necessidades básicas, como abrigo, comida e cuidados médicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Refugiados rohingya são forçados a escapar da violência em Mianmar a um ritmo impressionante desde 2017 – e os números continuam crescendo. **ACNUR Brasil**, 2023. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/rohingya/>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

DA SILVA, Isadora Isaura Mendes. A Crise dos Direitos Humanos em Mianmar e seus Impactos na Liberdade Religiosa dos Rohingya. 107 páginas. Monografia (Graduação em Direito). Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

FIORILLO, Marília. A luta pelos direitos humanos em Mianmar. **Jornal da USP**, 2022. Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/a-luta-pelos-direitos-humanos-em-miamar/>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

SIREGAR, Kiki. US, ASEAN must press Myanmar military regime to stop violence: Blinken. **CNA**, 2023. Disponível em <https://www.channelnewsasia.com/asia/asean-us-myanmar-military-regime-stop-violence-antony-blinken-3629281>. Acesso em: 17 de julho de 2023

5

O DESPEJO DE ÁGUA RADIOATIVA NO PACÍFICO

Isabela Süssekind Rocha Torres

Laura Simões Jordão

Em março de 2011, um tsunami desencadeado por um terremoto de magnitude 9.0 destruiu os sistemas de eletricidade e de refrigeração da usina nuclear de Fukushima que, após o derretimento de 3 dos seus reatores, expeliu grandes quantidades de radiação. Atualmente a região concentra mais de um milhão de toneladas de água tratada usada para resfriar os reatores derretidos e o plano do Japão de despejo dessa água no mar é alvo de críticas.

A Tokyo Electric Power (TEPCO), empresa de eletricidade que opera em Fukushima, comanda um sistema de bombardeamento e filtragem conhecido como sistema avançado de processamento de líquido, ALPS, que retira a maioria dos elementos radioativos da água contaminada (Al Jazeera, 2023). Apesar desta água ainda conter formas radioativas de hidrogênio e carbono, a empresa garante que a radioatividade pode ser reduzida a níveis seguros. Nesse contexto, o Governo japonês argumenta que, a longo prazo, este armazenamento de água tratada em tanques (atualmente somam cerca de mil) não é uma solução sustentável e endossa a necessidade de sua liberação gradual no Oceano Pacífico.

No início deste mês, o Japão recebeu a liberação para dar início ao processo de bombardeamento da água tratada da usina pelo regulador nuclear japonês. De acordo com o chefe da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, o plano segue os padrões internacionais de segurança e não produzirá um impacto radiológico significativo nas pessoas e no meio ambiente. (BBC, 2023). O posicionamento a favor da AIEA pela liberação da água de Fukushima é resultado de uma revisão de dois anos de especialistas em segurança nuclear que abordou os principais elementos de segurança do plano de descarga de água.

Nos últimos dois anos, esse grupo especializado realizou cinco missões de revisão ao Japão e reuniões com o governo japonês e a TEPCO, analisou documentação regulatória e publicou seis relatórios técnicos. (AIEA, 2023). Para além desse extenso processo de estudo de segurança, a agência garantiu que permanecerá presente no local para monitorar a execução do plano defendido

como necessário pelo governo do Japão. Vale ressaltar que a liberação de águas residuais com níveis de elementos radioativos como o trítio é uma característica comum das outras usinas nucleares em torno do mundo desde que atenda aos padrões de segurança.

Todavia, mesmo com o apoio oficial da Agência Internacional de energia Atômica, as críticas da própria comunidade japonesa e de outros países, em especial a China e a Coreia do Sul, sobre o despejo dessa água persistem. No que tange a reação internacional sobre a descarga planejada de águas radioativas no Pacífico, houve um profundo descontentamento e preocupação em relação aos possíveis danos ao meio ambiente e à saúde pública (CNN, 2023).

Na Coreia do Sul, milhares de pescadores sul-coreanos reuniram-se próximos ao parlamento em Seul para protestar contra o despejo, alegando que a liberação da água contaminada seria perniciososa e, caso fosse segura, poderia ser deixada no solo japonês ao invés de ser lançada no oceano. Logo, além de solicitar que o Governo japonês encontre meios que substituam o despejo da água radioativa, a associação de pescadores instou o governo sul-coreano a apresentar uma queixa ao Tribunal Internacional do Direito Marítimo contra o Japão, afirmando que se a água contaminada for liberada, a subsistência dos pescadores será ameaçada. Além disso, a demanda por sal marinho entre os moradores da Coreia do Sul disparou nos últimos meses devido ao temor do plano japonês, considerando-se o aumento em 27% do preço de 20kg de sal marinho na primeira semana de junho em comparação com a primeira semana de abril, conforme analisa o Ministério dos Oceanos e Pescas (People CN, 2023).

Paralelamente, a autoridade alfandegária da China anunciou, no início de julho, que proibirá a importação de alimentos de 10 municípios japoneses devido ao plano do país de despejar no oceano a água tratada da central nuclear de Fukushima. De acordo com o organismo, a radiação dos produtos procedentes do Japão será medida por razões de segurança, e a alfândega chinesa manterá um nível elevado de vigilância (Folhape, 2023). Não obstante, o Secretário-Geral do Fórum das Ilhas do Pacífico, um grupo intergovernamental de ilhas do Pacífico, também expressou graves preocupações com a liberação da água residual no oceano. Conforme examina

Jamie Quinton, chefe da Escola de Ciências Naturais da Universidade Massey, da Nova Zelândia, as águas residuais de Fukushima são compostas por isótopos radioativos como o iodo-131 e o cézio-137, que têm energia suficiente para causar morte celular e mutação, ou seja, seriam capazes de produzir câncer.

Neste sentido, compreende-se os desdobramentos da comunidade internacional frente aos possíveis efeitos das águas residuais nucleares no Pacífico, submetendo a nação japonesa a uma frágil posição na qual deve dialogar com seus próprios interesses e os interesses vitais dos povos dos países vizinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL JAZEERA. Why is Japan's Fukushima water release so controversial?. **Al Jazeera**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/7/4/why-is-japans-fukushima-water-release-so-controversial>. Acesso em 23 jul. 2023.

CNN. "Ação maligna": Coreia do Norte pede ajuda internacional contra plano do Japão de jogar água radioativa de Fukushima no mar. 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/acao-maligna-coreia-do-norte-pede-ajuda-internacional-contra-plano-do-japao-de-jogar-agua-radioativa-de-fukushima-no-mar/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

IAEA. IAEA Finds Japan's Plans to Release Treated Water into the Sea at Fukushima Consistent with International Safety Standards. **IAEA**, 4 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.iaea.org/newscenter/pressreleases/iaea-finds-japans-plans-to-release-treated-water-into-the-sea-at-fukushima-consistent-with-international-safety-standards>. Acesso em 23 jul. 2023

FOLHAPE. China veta alimentos de municípios japoneses por despejo de água de Fukushima. 7 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/china-veta-alimentos-de-municipios-japoneses-por-despejo-de-agua-de/279403/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

KHALIL, Shaimaa. Facts are up against fear ahead of Fukushima water release. **BBC**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-66173431>. Acesso em 23 jul. 2023.

PEOPLE CN. Pescadores sul-coreanos protestam contra descarga de águas residuais radioativas do Japão. 13 de junho de 2023. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0613/c309808-20030841-2.html>. Acesso em 23 de julho de 2023.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

